

**MEMÓRIA DE REUNIÃO DA
COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE**

DATA:16/07/03– HORÁRIO: 14:00 HRS. – LOCAL: Sala dos Conselhos/SETP

Participantes

SETP	COGEMAS
Maria Iolanda de Oliveira	Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Gladys Teixeira Tortato	Zilda Maria C. Marques
Enir Warmling	
Zélia de Oliveira Passos	

Representantes da Secretaria Técnica

Letícia C. Raymundo	Sonia Maria J. Benvenuti
---------------------	--------------------------

Convidados

Márcia Mazzarotto	Dinorá Terezinha Gava
Gisele de Cássia Tavares	Marli Terezinha Dechisten
Sandra Mancino	Carmen Lúcia S. Cunha
Denise Frasson	

Pauta

1. Plano Estadual de Assistência Social – 2004/2007: apresentação e entrega do documento
2. Plano Municipal de Assistência Social: análise do instrumento
3. Regimento Interno da CIB: reavaliação
4. Educação Infantil
5. Avaliação dos projetos técnicos enviados à CIB
6. Avaliação dos projetos técnicos aprovados pela CIB em 2002
7. Municípios com Habilitação Condicionada
8. Assuntos Gerais: Planos Municipais 2003
Conferências de Assistência Social
Conferência Estadual da Criança e do Adolescente

A reunião teve início com a leitura e aprovação da memória da reunião ocorrida em 15 de maio de 2003, e foi coordenada pela Coordenadora Substituta Gladys Tortato.

Apresentada as Resoluções 027/2003-SETP, que designa nova representação da SETP na CIB, e 030/2003-SETP que nomeia as Coordenadoras titular e substituta.

Assuntos da Pauta:

1. PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2004/2007

A Coordenadora da CGM/SETP –, Sra. Gisele Tavares apresentou os principais pontos do Plano Estadual de Assistência Social, o qual foi aprovado pelo CEAS, mas deverá ser revisto e readequado, ao longo do 2º semestre. Foi sugerido que a CIB participe com sugestões e propostas de aprimoramento.

No item que refere-se ao diagnóstico da realidade paranaense, foi ressaltado pela Sra. Lenir Mainardes, que o Paraná está sempre entre os estados com piores indicadores na área da saúde e ponderado que isso se deve ao bom sistema de notificação existente. Outros estados, que não apresentam os dados, muitas vezes apresentam melhores índices.

A Sra. Sônia Benvenuto solicita esclarecimentos quanto a previsão orçamentária apresentada no Plano. Questiona se os números apresentados referem-se à realidade do orçamento ou à demanda dos municípios. Esclarecido que trata-se da demanda dos Planos Municipais 2003, e que com base nela está sendo feita articulação com a Secretaria do Planejamento, para ampliação dos recursos. Informado também que o IPARDES está concluindo os estudos dos índices que definirão a partilha dos recursos do FEAS, a partir de 2003.

Entregue ao COGEMAS, o CD ROM do Plano Estadual de Assistência Social 2004/2007. Os demais membros da CIB poderão solicitar o documento à Secretaria Técnica, que enviará via Internet.

2. PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2004 - análise do instrumento

Apresentado o roteiro para elaboração do plano, proposto pela SETP e aprovado pelo CEAS, no qual a principal inovação diz respeito à divisão das ações e da rede em 4 eixos: Proteção Social, Proteção Especial, Enfrentamento à Pobreza e Aprimoramento da Gestão.

A CIB propôs alterações e, diante das dificuldades encontradas nos anos anteriores, solicita que os municípios possam corrigir eventuais erros, sem ter que refazer os quadros e que tenham a possibilidade de imprimir a totalidade do Plano. Os dados deverão ser enviados até 20/08/03, devido ao prazo que a SETP tem para apresentar o PPA da área da Assistência Social à SEPL, que é o dia 30/08/03. As prioridades e os recursos apresentados pelos municípios nos seus respectivos Planos, deverão ser contemplados no Plano Plurianual do Estado do Paraná.

Os representantes do COGEMAS relatam dificuldades quanto a atuação dos Escritórios Regionais/SETP na assessoria aos municípios, e demonstram preocupação devido ao pouco prazo que os mesmos terão para ser capacitados

para posterior orientação aos municípios. Sendo assim, ficou definida a realização de Teleconferência, com objetivo de proporcionar melhor acesso a informação.

3. REGIMENTO INTERNO – reavaliação

O assunto será discutido na próxima reunião. Para tanto, sugere-se que seja feito estudo preliminar a fim de facilitar as discussões.

4. EDUCAÇÃO INFANTIL – transição e implantação das Novas Modalidades de Atendimento dos SACs em 2003

Informado que, atendendo deliberação do CEAS, A SETP retomou os contatos com a Secretaria de Estado da Educação para a instituição de comissão interinstitucional que tratará da integração da Educação Infantil à Política da Educação e traçará as diretrizes e orientações aos gestores municipais da Assistência Social e da Educação, especialmente quanto aos recursos das duas áreas e a qualificação dos profissionais.

A Sra. Zilda Marques questiona como deve ser feita, na prática, a alteração das modalidades do SAC/PAC, ressaltando que há carência de informações tanto da área da Educação quanto da área da Assistência Social. A Sra. Gladys Tortato explica que é justamente este o objetivo da comissão e que está prevista a participação da CIB, através de um representante indicado pelo COGEMAS. A SETP aguardará a indicação do representante do Colegiado.

5. AVALIAÇÃO DOS PROJETOS TÉCNICOS ENVIADOS À CIB

A Secretaria Técnica informa que recebeu e analisou os projetos técnicos dos municípios que implantaram as novas modalidades de atendimento do SAC em 2003 e apresenta à plenária os projetos com as respectivos formulários de avaliação. Informa que, apenas o município de Castro teria que readequar seus projetos. Os demais estão aptos a ser aprovados, pois enquadram-se no contido nas Portarias 2850 e 2874/2000 e no Manual de Orientações Relativas às Novas Modalidades. Será solicitado que os municípios apresentem cronograma indicando a periodicidade das atividades desenvolvidas.

Os projetos aprovados são:

- Município de Toledo – Ações Sócio- Educativas de Apoio à Família
- Município de São José dos Pinhais – Ações Sócio-Educativas de Apoio à Família
- Município de Guarapuava - Ações Sócio- Educativas de Apoio à Família
- Município de Campo Largo - Ações Sócio- Educativas de Apoio à Família
- Município de Santa Terezinha de Itaipu - Ações Sócio- Educativas de Apoio à Família
- Município de Curitiba - Ações Sócio- Educativas de Apoio à Família
- Município de Cascavel - Ações Sócio- Educativas de Apoio à Família

6. AVALIAÇÃO DOS PROJETOS TÉCNICOS APROVADOS PELA CIB EM 2002

Definido que os municípios que receberam recursos adicionais em 2002, oriundos do FNAS para implantação das Novas Modalidades de Atendimento/SAC terão seus projetos técnicos avaliados pelos Escritórios Regionais/SETP por amostragem, sendo que cada Escritório avaliará até 5 projetos, dos quais 3 serão definidos pela CIB/ Secretaria Técnica e 2 de acordo com definição do próprio escritório.

7. MUNICÍPIOS COM HABILITAÇÃO CONDICIONADA

Os municípios de Araruna e Campina da Lagoa, tiveram a Habilitação provisória prorrogada pela CIB até 15/08/03. Como o prazo já expirou, cabe a esta comissão definir se amplia o prazo ou desabilita os dois municípios.

Tendo em vista a Resolução CIT N.º 01, de 15/07/03, que define que as alterações no modelo de gestão no primeiro semestre de 2003 só poderão acontecer até 27/07/03 e que os citados municípios não apresentaram a documentação exigida até a presente data, a CIB decide ampliar mais uma vez o prazo até 31/12/03. A SETP deverá continuar o assessoramento técnico.

8. ASSUNTOS GERAIS:

- **Planos Municipais 2003-** A SETP informa que 17 municípios não apresentaram o Plano de Assistência Social e que o CEAS decidiu dar prazo até 20/08/03 para a entrega do instrumento, que é critério para manutenção da Habilitação dos municípios à Gestão Municipal.
- **Conferências de Assistência Social** – O CEAS aprovou o Regimento Interno da Conferência Estadual de Assistência Social e o processo eleitoral dos conselheiros não governamentais.
As Conferências Regionais deverão ser realizadas até 22 de setembro, com envio dos relatórios até 29 de setembro.
A Conferência Estadual será nos dias 6,7,8 e 9 de novembro.
Os conselheiros não governamentais serão eleitos nas Conferências Regionais e referendados na Conferência Estadual. A definição do segmento que cada regional representará será definido em reuniões macro-regionais.
A escolha do delegado para a Conferência Estadual será na Conferência Regional para o segmento definido para a região.
- **Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente** – Terá a participação de 1040 pessoas, considerando a proporcionalidade na definição dos delegados e convidados.
Os adolescentes que participarão serão escolhidos nas 18 regiões.